

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE BEZERROS-PE

Vanilson Carlos de Azevêdo¹
Valdenise Maria de Azevêdo Ferreira²
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é permeada de diversos desafios e percalços comungam para o fracasso e o abandono escolar. A pesquisa tem como objetivo geral averiguar os desafios da alfabetização na educação de jovens e adultos no município de Bezerros-PE. Ao realizar o estudo com um olhar direcionado as dificuldades e os desafios enfrentados na Educação de Jovens e Adultos, pode-se elencar algumas situações e desafios que são enfrentados rotineiramente tanto pelo corpo docente, bem como também pelos discentes. O objeto de estudo partiu na corroboração de autores de bases como Gadotti (2014), Freire (1996), Pôncio (2023) entre outros que corroboraram com a pesquisa. A metodologia utilizada foi através dos procedimentos bibliográficos, documental e de campo, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa em uma escola municipal de uma cidade do agreste pernambucano, foi aplicado como instrumento um questionário, com objetivo de investigação apresentados em gráficos e quadros. O estudo culmina em apontar que muitos são os desafios enfrentados diariamente pelos estudantes da EJA. Uma didática não andragógica, uma rotina escolar não cativante, o cansaço físico, visto que enfrentar uma sala de aula depois de um dia exaustivo de trabalho pode se tornar mais um fardo. Esses fatores associados desmotivam os estudantes e os levam a deixarem de frequentar a EJA. A pesquisa traz a luz que são barreiras que necessitam serem rompidas diariamente por docentes e estudantes para que o processo não seja interrompido. O estudante andragógico precisa enxergar na Educação de Jovens e Adultos uma nova oportunidade de concluir seus estudos básicos, associados a uma proposta de crescimento e qualificação profissional.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Desafios, Superação

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira vigente, partindo da Constituição Federal de 1988, garante a educação de toda a população. No entanto, passados mais de 30 anos da promulgação da Carta Magna, é possível constatar por meio de números oficiais, a existência de um altíssimo número de pessoas não alfabetizadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2022, 7% da população brasileira acima de 15 anos ainda é analfabeta, número este equivalente a 11,4 milhões de pessoas (Agência de Notícias IBGE, 2024). Todo este contingente torna-se público alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA),

¹ Mestrando em educação da Christian Business School-CBS, vanilsoncarlos07@gmail.com;

² Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, valdenisemaria85@hotmail.com;

³ Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



modalidade destinada a atender esta gama de pessoas que por situações diversas não conseguiram se alfabetizar e concluir o ensino fundamental no período regular.

É preciso a priori averiguar quais os desafios da alfabetização que implicam na educação de jovens e adultos. Com base nestas informações, é possível traçar um caminho, um novo paradigma educacional que venha a minimizar esses percalços e fazer da EJA, uma política pública que de fato cumpra seus objetivos. Para tal, vale salientar que é preciso conhecer o público alvo, traçar metas na perspectiva da valorização dos saberes previamente adquiridos e trazidos ao contexto da sala de aula, utilização de metodologias e práticas andragógicas voltadas para a integração de todos.

Tendo por base esses dados e informações que trará a luz da questão os desafios enfrentados pelos professores em alfabetizar esse público. É chegada a hora de agir, de se por em prática uma busca constante de se compreender esses gargalhos e as dificuldades que são enfrentadas no processo de alfabetização por parte do corpo docente.

Sabendo que a base da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é proporcionar aos jovens, adultos e idosos a oportunidade de iniciarem e/ou concluírem seus estudos do nível básico em um período mais curto. Logo, é uma modalidade com diretrizes específicas que observa e leva em consideração todas as questões inerentes ao público alvo que podem interferir diretamente em sua aprendizagem. Planejamento flexível, metodologia diversificada, menor período em sala de aula, e outras situações que ligadas a andragogia.

A Educação de Jovens e Adultos é especificada dentro da Lei de Diretrizes de Educação Nacional (LDBEN), citada no Art. 37 como uma modalidade destinada especificamente aqueles indivíduos que não tiveram acesso ou oportunidade de concluírem o ensino fundamenta em idade própria, devendo ser observado e considerado as características de seu público alvo. Fato que é descrito com clareza no Inciso 1º do artigo supracitado quando diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

A EJA, pode ser vista como um programa de inserção social. No momento que se é garantido o direito, o acesso e a permanência de pessoas que por motivos diversos não estudaram ou não concluíram seu ensino básico no período regular, esse indivíduo passa a ser transformado pela educação. Logo, aqueles que deixam de ser analfabetos e



conquistam o ato de poderem ler, escrever e assinar o próprio nome, estes se empoderam do codinome de alfabetizados tornando motivo de orgulho e ascensão social.

É pertinente fazer uma ressalva no que se refere a didática adotada pelos docentes que lecionam nesta modalidade. A andragogia, deferente da pedagogia que um ramo da ciência voltada à docência de crianças, e nela requer uma docência refinada, delicada, lúdica que visa atrair a atenção e despertar o desejo das crianças. Na andragogia, que é o outro lado da pedagogia, nesta o público alvo são as pessoas de mais idades, os adolescentes, adultos e idosos. Nela, a didática precisa ser diferenciada, sendo necessário ser adotada uma metodologia que venha aproveitar e valorizar toda a carga de conhecimentos prévios e oriundos por experiências empíricas trazidas pelo alunado.

Quando se refere a certas práticas e didática utilizada na Educação de Jovens e Adultos, Gadotti, diz que:

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o aluno adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da sua história de vida. Os jovens e adultos alfabetizando já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado (Gadotti, 2014, p. 17).

O estudante da Educação de Jovens e Adultos precisa ser estimulado frequentemente a continuar com sua jornada de trabalho associando com os estudos, que por sua vez geralmente acontece a noite. No entanto, essa estimulo passa por esta valorização defendida por Gadotti. É preciso que se sintam valorizados, acolhidos e respeitados para que a política pública de alfabetização seja eficaz e produza frutos.

METODOLOGIA

Foi realizada um estudo bibliográfico, documental e uma pesquisa de campo com aplicação de questionário com um viés voltado a metodologia quatitativa, sendo também utilizada como método para obtenção de subsídios e que venha a corroborar e possibilitar a análise para se chegar aos resultados. Para tal, a pesquisa foi realizada com docentes de duas escolas da rede municipal de educação em uma cidade do agreste pernambucano.

Segundo Almeida (2021), é na pesquisa quantitativa que possibilita ao pesquisador utilizar a estatística e formúlas matemáticas como instrumento principal para anaçisar, interpretar a realidade pesquisada. Noutra vertente, na pesquisa qualitativa é possível analisar e interpretar os dados lendo as entrelinas e os elos existentes entre o sujeito e a sua realidade.



Outro sim, pode-se dizer que “Uma das maiores vantagens da análise quantitativa é sua capacidade de transformar dados numéricos em informações objetivas e concretas.” (QUANTIFICANDO... 2024, p. 02)

Eis a importância e se usar uma metodologia adequada no intuito de onde seja possível diagnosticar as necessidades e partindo deste diagnóstico rever as ações e atitudes com um olhar de aprimoração e melhoramento do serviço ofertado a população.

REFERENCIAL TEÓRICO

Escola para todos

O direito ao acesso a escola em forma de legislação regulamentada, remonta ao período do Brasil Imperial, onde no início do século XIX, o Imperador D. Pedro I, sanciona e registra em cartório no ano de 1827, uma Carta Lei onde determina a criação de escolas de primeiras letras. Vê-se a preocupação de ofertar um mínimo de instrução aos cidadãos, quando se abrange a oferta a “todos” os lugares. Segundo a publicação da referida Carta Lei, no “Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.”

Partindo do Brasil Império até o período da redemocratização, muitas leis foram criadas e postas a disposição em favor da oferta da educação a todos os brasileiros e aos que aqui residiam. Chegada a Constituição Federal de 1988, foi dedicado um capítulo a tratar da educação e outros assuntos a fins. Ficando determinado em seu Artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996 (LDBEN), veio estruturar, alinhar, direcionar o caminho da educação nacional. Não podendo ser diferente, nela também se tem a preocupação dessa educação para todos de maneira igualitária, onde o estado se coloca como corresponsável, junto com a família na responsabilidade de educar e ofertar uma educação de qualidade.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN,1996).

Um outro ponto que deve ser observado tanto na Constituição Federal quanto na LDBEN, dentre os princípios que norteiam a educação, destacam-se a ênfase de se ofertar



uma educação onde todos os indivíduos possam gozar de igualdade de condições para terem o acesso e a permanência na escola, como também a garantia de que possam ter o direito a educação, bem como a aprendizagem a qualquer tempo ao longo da vida.

Mesmo com todo este aparato legal que garante e assegura o direito e a permanência do cidadão a escola que se remonta a um período tão longínquo, tem em tempos reais um grande percentual de pessoas não alfabetizadas. Muitas das quais vivendo a margem de uma sociedade globalizada e informatizada. Fato este que esta intrinsecamente ligada as condições sociais, de trabalho, de renda, pessoas e lugares que passaram “despercebidos” pelos poderes públicos e entres outros fatores.

Esta é uma conta que não pode ser cobrada apenas do cidadão que não cursou, frequentou a escola em sua infância e/ou adolescência. Precisa trazer as claras uma discussão um olhar sem preconceitos e julgamentos, mas reconhecer que por vezes o Estado deixou de chegar perto daqueles mais miseráveis e assisti-los, fato que possui contribuição de grande impacto no fato de se ter um elevado número de pessoas não alfabetizadas.

Educação de Jovens e Adultos em Evidência

Tendo o analfabetismo da população brasileira acima dos 15 anos de idade algo que causasse incômodo aos estudiosos e colocasse o Brasil em evidência no cenário mundial, existiu algumas ações e políticas educacionais desde a primeira metade do século XX, no sentido de sanar, minimizar, reduzir os índices de analfabetismo na população.

Soares (1998), define este movimento como sendo um marco pioneiro na Educação de Jovens e Adultos.

A Primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos foi um marco importante no processo de constituição do campo teórico-prático da área. Diferentes etapas marcaram o desenvolvimento da Campanha em todo o país. [...] um clima de euforia caracterizou o movimento (Soares, 1998, p. 52).

Sucedeu-se a posteriori, várias outras campanhas, programas, ações, políticas públicas direcionadas a Educação de Jovens e Adultos foram surgindo ao longo dos tempos. Contudo, fica claro que apesar de tantas ações e esforços ao longo de mais de sete décadas, ainda não foi erradicado o analfabetismo no Brasil. No entanto, foi um período onde se obteve um progresso acentuado na regressão no número de brasileiros considerados analfabetos. Segundo o IBGE, no censo de 1940, o Brasil tinha uma



população de 56,8% não alfabetizados. Logo, no levantamento censitário de 2022, este percentual cai para 7%. (Agência de Notícias IBGE, 2007).

Saindo da década de 1940, até ao contemporâneo, várias ações, campanhas, programas com o intuito de erradicar o analfabetismo foram lançadas. Com a chegada do novo milênio, mas precisamente no ano de 2002, o Ministério da Educação (MEC), lança a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Com o intuito de subsidiar o professor na perspectiva de uma educação e aprendizagem com qualidade.

Parte do princípio de que a construção de uma educação básica para jovens e adultos – voltada para a cidadania – não se resolve apenas garantindo oferta de vagas, mas proporcionando ensino comprometido com a qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar (Brasil, 2002).

A proposta chegava em um momento de inovação e requalificação de Educação de Jovens e adultos. Logo, estava embutido dentro destes parâmetros a necessidade de uma mudança de nomenclatura, bem como de uma metodologia e uma visão de que para o “supletivo” não haveria mais espaço. Todavia, se almejava uma educação com qualidade, coerente e que trouxesse significado positivo para todos os alunos.

Um outro grande marco está sendo lançado no momento atual com o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma política pública em educação construída pelo Ministério da Educação e em parcerias com outras entidades e entes federados.

O Pacto reúne ações de articulação intersetorial implementadas com a participação de ministérios, da sociedade civil organizada, de organismos internacionais e do setor produtivo. As finalidades do Pacto são: superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional. (PORTAL MEC, s/d).

Partindo da premissa de que todos tem o direito a educação independente de quaisquer adversidades e que esta precisa estar associada ao mundo profissional, o Pacto vem direcionar uma política pública de educação de Jovens e Adultos com um olhar na profissionalização, qualificação, bem como a redução dos percentuais de níveis de analfabetismo. Logo, atrelado e seguindo os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), quando assegura que a EJA, estrelada a permanência e qualificação profissional.

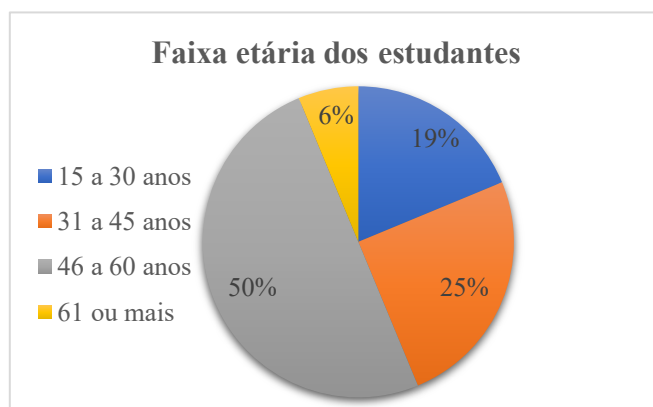


RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para embasamento e consolidação do estudo em questão, foi desenvolvido uma pesquisa de campo com alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos de duas unidades de ensino da rede municipal de município de Bezerros-PE. A aplicação de questionários teve como objetivo fornecer subsídios e dados relevantes e pertinentes para que se chegasse a um conjunto de informações que fosse possível trazer a luz, como também compreender os desafios enfrentados pelos atores desta modalidade.

A priori de qualquer informação, é pertinente saber a qual faixa etária os entrevistados pertencem. Pois, é pertinente se compreender que cada faixa etária tem aspirações condizentes e diferentes dependendo em cada grupo. Para tal, foi dividido em grupos com intervalos de 15 anos. Assim ficando: de 15 a 30 anos, de 31 a 45 anos, de 46 a 60 anos e de 61 acima. Podendo ser visto no gráfico a seguir como ficou a composição de cada grupo.

Gráfico 1



Fonte: Pesquisa 2025

Neste recorte, mostra que 50% dos entrevistados, estão na faixa etária de 46 a 60 anos. Diante deste número, pode-se perceber que são pessoas que foram crianças em um período de poucas oportunidades, com poucas escolas, oriunda de famílias grandes e que eram obrigadas, por necessidade a entrarem no mundo do trabalho desde muito cedo com o intuito de ajudarem no sustento das famílias.

Uma triste realidade vivenciada pela sociedade outrora. Portanto, com esta responsabilidade de suprir a família e com as dificuldades de se chegar até a uma escola, associada a ignorância dos pais, esses estudantes de hoje, tiveram seus direitos de frequentarem uma escola suprimidos.

Um outro ponto passivo de observação se dá ao fato de 19% do público



entrevistado serem jovens, estejam na faixa etária de 15 a 30 anos. Neste caso específico, trata-se de uma parcela que viveu em uma época onde a oferta e a disponibilidade de escolas eram abundantes e se faziam presentes em todos os locais. Logo, os fatores que levaram a este público estarem frequentando a EJA, difere do primeiro grupo já mencionado, logo, será tratado deste assunto a posteriori.

Quando indagado sobre o motivo de terem parado de estudar, o trabalho é a resposta que chega de imediato. A necessidade de contribuir com a renda familiar fez com que muitos cessassem sua trajetória estudantil e se dedicassem ao trabalho. No entanto, um fato pode observado é que quando feita a indagação a este grupo de 15 a 30 anos, a resposta foi por falta de interesse e entre as mulheres por terem se tornado mãe na adolescência. Assim, é possível constatar este fato ao tempo que se correlaciona com um outro problema dentro da educação básica – a evasão. A evasão é um problema real. Contudo, as escolas e os sistemas travam batalhas permanentes com políticas públicas e ações voltadas a mudar esta realidade. É pertinente lembrar que a evasão tem maior incidência nos grupos socialmente vulneráveis.

Vale ressaltar, como destaca Oliveira (2021), esta evasão pode estar associada a combinações de fatores que se compilam levando ao jovem a deixar de frequentar a escola. Esses fatores podem ser compreendidos como sociais, econômicos, entre outros.

Os empecilhos persistem em todos os níveis, modalidades e todo tempo. No entanto, é preciso ter muita força de vontade e determinação para enfrentar as adversidades e prosseguir com os objetivos propostos. Ao serem questionados quanto as dificuldades enfrentadas no dia a dia quando se referem ao retorno e a permanência em sala de aula, foram enfáticos ao trazerem a discussão que o quê pesa é a conciliação do trabalho durante o dia e o estudo a noite. A desmotivação, o desânimo provocados pelo cansaço físico de um dia exaustivo de trabalho acaba sendo um dos principais desafios dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Para o aluno trabalhador, a decisão de retomar os estudos, ou de iniciá-los, exige um replanejamento de sua vida, de seus horários. Trata-se de uma decisão que produz muitas mudanças no seu cotidiano: na rotina de trabalho, nos horários de deslocamento, nas relações familiares (como as muitas alfabetizandas que precisam deixar os filhos com alguém, precisam negociar a ausência em casa, no período noturno, com os respectivos companheiros etc.). Para ele não desistir, as condições para o ensino e a aprendizagem precisam ser garantidas, oferecendo um ambiente estimulador, atividades desafiadoras conectadas aos contextos socioculturais dos educandos, garantindo espaço

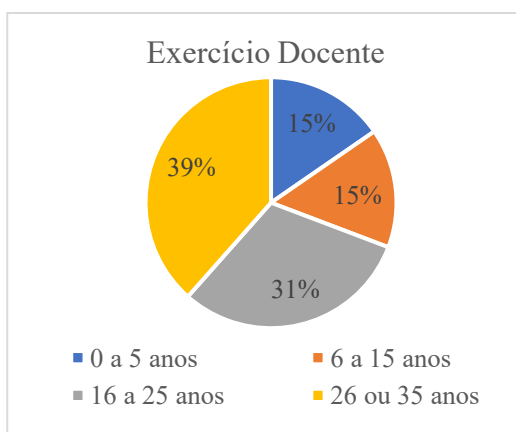


para a reflexão crítica, a autonomia, a criatividade (Gadotti, 2014, p.24).

Não é uma tarefa fácil conciliar a vida estudantil com a vida de trabalhador. Associada a esta relação, pode-se encorpar a metodologia utilizada pelos docentes, onde é frequente utilizado uma didática não andragógica, que não valoriza toda esta carga de conhecimento pré-existente do estudante da EJA.

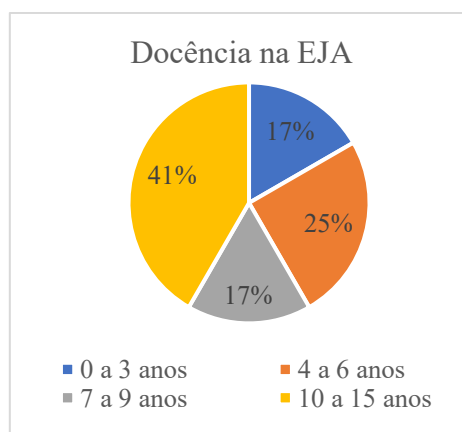
A pesquisa também buscou escutar e entender o outro lado, foi feito uma investigação por meio de questionários aos docentes. Buscou-se entender quais os desafios e como eles (docentes) enxergam e como atuam dentro desta modalidade. A princípio buscou-se saber o tempo de experiência deste. Foi constatado que se trata em sua maioria um público de fim de carreira.

Gráfico 2



Fonte: Pesquisa 2025

Gráfico 3



Fonte: Pesquisa 2025

Ficou claro e evidente que no que se refere aos anos de experiência como docente, bem como os anos dedicados a Educação de Jovens e Adultos, são professores que traz uma bagagem de anos de trabalho. Em relação específico ao exercício docente, um dado que chamou a atenção foi fato de serem professore em sua maioria, em fim de carreira. Quando somados as duas últimas faixas se tem um percentual de 70% de professores que então caminhando para duas ou três décadas de atuação. Na outra vertente, quando se refere a docência específica na EJA, quando se somada as duas faixas, se chega a um valor de 58% de professores que estão se aproximando e/ou passando de uma década dentro da Educação de Jovens e Adultos.

Nesta situação específica, ascende uma alerta e uma indagação: Estão nesta modalidade por que de fato querem fazer a diferença ou por se tratar de turmas menores, com baixa frequência, uma turma onde se teria “menos trabalho”? Foi um ponto que não



se permitiram se descobrir.

Ficando sempre a preocupação, pois, trata-se de uma modalidade que carece de metodologias, práticas andragógicas e didáticas específicas que levem em consideração o aproveitamento de todo o conhecimento previamente adquirido e inserido dentro de um contexto onde o que se transmita faça sentido a sua vida.

Quando se refere ao aproveitamento desta bagagem de conhecimento e experiências acumuladas durante os anos de vida que é trazida a escola pelos estudantes da EJA, Freire (1996), enfatiza que é sim, dever do professor e sobretudo da escola um tratamento respeitoso aos saberes que os educandos trazem consigo para dentro da escola.

Corroborado por Pôncio (2023), de que esta associação pode ser um meio que virá a facilitar o trabalho docente dentro de sala de aula. Sendo assim, um ponto crucial na quebra de paradigmas e ao tempo em que o educando se sinta valorizado, respeitado e vê toda sua formação fazer sentido ao ser associada aos conhecimentos previamente adquiridos na escola da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é permeada de desafios e obstáculos oriundos por fatores externos, que transcende e incidem diretamente nos resultados dentro de sala de aula. É possível descrever estes fatores como o cansaço (visto que os alunos em turno anterior ao da escola enfrentará uma jornada de trabalho), que ao mesmo tempo se associa ao desânimo, a condição social, vergonha por voltar a estudar em uma idade mais avançada, bem como a metodologia que se é adotada no trabalho andragógico.

Tratando-se da andragogia que é o oposto de pedagogia. A pedagogia refere-se ao trabalho com crianças e adolescente. A andragogia é voltada ao público de mais idade. Dentro desta proposta andragógica, o princípio norteador deve ser a valorização, o respeito aos conhecimentos e experiências previas dos estudantes. Dentro desta valorização, está o ato de associar estes saberes como ponto de partida e/ou associando-os para novos conhecimentos.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos, precisa ser sobretudo um espaço acolhedor, onde o estudante se sinta motivado e encorajado todos os dias a não desistir e sempre colocar seus sonhos e objetivos adiante. Para tal, precisa de investimentos em formação andragógica, renovação no quadro docente e sobretudo, uma visão diferenciada



no que diz respeito a valorização e qualidade do ensino ofertado.

A pesquisa traz a luz que são barreiras que necessitam serem rompidas diariamente por docentes e estudantes para que o processo não seja interrompido. O estudante andragógico precisa enxergar na Educação de Jovens e Adultos uma nova oportunidade de concluir seus estudos básicos, associados a uma proposta de crescimento e qualificação profissional.

Um outro ponto pertinente no contexto da Educação de Jovens e Adultos, e que não se pode passar por despercebido, é o fato de ser sine qua non conhecer o público alvo. Ao tempo que se conhece as suas necessidades, suas inquietudes e seus anseios, é possível romper o paradigma e passar a ofertar uma educação que faça sentido ao educando, respeitando e valorizando toda sua cultura.

REFERÊNCIAS

AGENCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persiste.** Editoria: [IBGE](#), 2024. Disponível em: <<[Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem | Agência de Notícias](#)>> Acessado em: 06/12/2024.

Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país. Editoria: [IBGE](#), 25/05/2007. Disponível em: <<[Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país | Agência de Notícias](#)>> Acessado em: 23/01/2025.

Almeida, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] – Recife : Ed. UFPE, 2021. Disponível em: <<[Geo - Livro - Met Trab Cient.indb](#)>> Acessado em: 24/01/2025

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dezembro de 1996. Disponível em: <[L9394](#)> Acessado em: 22/07/2025.

BRASIL. **Lei nº S/N de 15 de outubro de 1827. MANDA CRIAR ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS EM TODAS AS CIDADES, VILAS E LUGARES MAIS POPULOSOS DO IMPÉRIO.** Rio de Janeiro, 14/10/1827. Disponível em <<[LIM-15-10-1827](#)>> Acessado em: 23/01/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução** / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. *E.book*. Disponível em: [Proposta curricular para a educação de jovens e adultos.pdf](#). Acessado em: 22/05/2021.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.** — 1. ed. — São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. **Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira.** Revista Educação Pública, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>>>. Acessado em: 06/09/2025.

PÔNCIO, Rafael José. **Ensino de jovens e adultos: princípios e desafios da Andragogia no Brasil.** – Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.

QUANTIFICANDO REALIDADES TÉCNICAS DE PESQUISA QUANTITATIVA / Alexandre de Araújo Lamattina; Miriã Cardozo Peralta; Carlos Eduardo Paulino. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2024. 151 p.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A política de educação de adultos: a campanha de 1947.** Educação em Revista, Nº 28, dezembro de 1998. Disponível em: <<[n28a06.pdf](#)>> Acessado em: 23/01/2025.

